

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
3 ° Grupo de Debate
TERRITÓRIO, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

Manuel Belo Moreira

Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do
Instituto Superior de Agronomia

O âmbito deste grupo de debate é muito alargado permitindo enfoques dos mais variados e autorizando diferentes grelhas de leitura.

Como o único grupo de debate em que a agricultura se encontra explicitamente referenciada parece natural que seja ela o centro das comunicações apresentadas. Assim, em algumas comunicações é a produção agrícola o centro das preocupações, enquanto em outras a agricultura aparece explicitamente como elemento de articulação com o território e ou com o desenvolvimento.

No exercício das funções de moderador, tentarei um esforço de sistematização das 16 comunicações apresentadas a que tive acesso a tempo de corresponder às solicitações da organização que apontavam como data limite deste texto finais de Agosto.

A variedade de temas torna necessário seguir uma grelha de leitura para sistematizar a exposição. Optei assim por separar as comunicações de acordo com a respectiva filiação disciplinar. E também aqui a pluralidade é grande, desde a abordagem económica baseada em ferramentas econométricas, aos estudos de casos de economia sectorial ou territorial, até às abordagens sociológicas das representações dos agricultores com ou sem estabelecimento de tipologias.

Comecemos pelos dois estudos econométricos.

Isabel Ramires analisa o processo de ajustamento estrutural nas pequenas explorações do Oeste no horizonte 2000-2006, aproveitando o trabalho desenvolvido na sua dissertação de doutoramento. Trata-se da construção de um modelo recursivo que analisa as decisões ao nível da exploração através de um conjunto de submodelos, calculados independentemente, sendo cada um respeitante a decisões relativas a um determinado horizonte temporal. Para a resolução desses modelos recorre às ferramentas da programação inteira mista (variante da programação linear).

A autora procura com este modelo analisar as estratégias de ajustamento estrutural das explorações, nomeadamente a repartição do trabalho familiar dentro e fora da exploração, a estrutura de produção das explorações e o seu plano cultural. Concluindo, a autora defende que o mérito do estudo prende-se com o interesse metodológico do modelo dinâmico desenvolvido e testado mais do que nos resultados concretos obtidos nesta análise. Assim o modelo é considerado como um bom instrumento para avaliar possíveis resultados ao nível da exploração da alteração de determinadas medidas ou opções de política agrícola e da evolução das variáveis exógenas. Refere ainda a necessidade de ajustamentos os modelos de programação matemática e reconhece todo o interesse em incluir parâmetros sobre o comportamento dos agricultores face ao risco.

O tipo de abordagem avançado tem uma origem académica explícita e méritos que a este nível já foram devidamente apreciados, aqui no entanto queria sublinhar que mais do que procurar explicações para o óbvio, como frequentemente sucede em trabalhos deste tipo, o trabalho busca o aprofundamento de uma metodologia capaz de servir como instrumento de simulações que, se bem enquadradas, têm evidente interesse para melhor antecipar eventuais efeitos de políticas.

O outro trabalho oriundo desta abordagem disciplinar, de Maria José Ramalho e António Pinheiro, pretende a partir de modelos de regressão linear múltipla determinar as variáveis que afectam a produção de cortiça ao nível quantitativo e qualitativo. O interesse objectivo da identificação das variáveis que afectam a produção e a qualidade da cortiça é inquestionável justificando todos os esforços no sentido da respectiva determinação. Trata-se afinal da capacidade de sobrevivência económica de toda uma fileira em que Portugal mantém elevada capacidade competitiva que importa reforçar. Por outro lado, conhecendo-se a fragilidade do ecossistema montado torna-se evidente que tudo o que concorra para tornar rentável a manutenção do sobreiro é a principal garantia de sustentabilidade do ecossistema.

Os autores sublinham, prudentemente, que se trata de um trabalho introdutório necessitando de ter continuidade, concluindo que "... o sobreiro embora seja uma espécie resistente às adversidades do meio, produz mais e melhor cortiça quando as condições edafo-climáticas lhe são propícias, pelo que as mesmas devem ser respeitadas".

Ainda sobre a cortiça, mas agora com outro tipo de abordagem, temos a comunicação de Gonçalo Baptista, Ofélia Anjos e Maria José Ramalho. Trata-se uma caracterização meramente descritiva da importância do sector corticeiro na economia

portuguesa. Como qualquer caracterização sectorial trata-se de um passo necessário para o diagnóstico dos problemas sem o qual não é possível sequer equacionar o modo de solucioná-los. Os autores depois de uma introdução sobre a vocação florestal do território português referem a importância do sector a nível mundial (área ocupada pelo sobreiro e produção média anual de cortiça) e sublinham a importância do Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo na produção nacional.

Sublinham ainda o crescimento da área dedicada aos sobreiros, ligada aos estímulos decorrentes da Política Agrícola Comum (PAC) e o reduzido interesse que mereceu aos agentes económicos os incentivos para a regeneração dos montados existentes. As explicações aduzidas para o comportamento dos produtores não são muito claras e até algo contraditórias. De facto, se a explicação para o pouco interesse na regeneração dos montados pode ter que ver com o facto da produção de cortiça ser considerada pelos proprietários como secundária, o que todavia não está demonstrado, já o mesmo certamente que não se aplica às novas plantações de sobreiros que, segundo os números referidos pelos autores aumentaram 8,5% em dez anos.

Depois os autores fazem uma breve descrição do sector industrial, sublinhando a heterogeneidade dos agentes, com grande fragmentação de unidades de pequena dimensão e reduzida produtividade e excesso de capacidade de laboração instalada face à matéria prima existente. Apesar desses inconvenientes sublinham, justamente, que de uma fileira essencialmente exportadora de matéria prima nos últimos anos da década de 80 o essencial das exportações, em volume e sobretudo em valor, eram de produtos manufacturados. Exportações sem as quais a fileira não pode subsistir perante um consumo interno reduzido.

Ainda abordando análises sectoriais temos as comunicações de António Fernandes e de Orlando Simões. A primeira, ao que se julga surge no seguimento de trabalho académico de 1999 (referência sem identificação de grau) e trata do “estado actual da produção florícola em Trás-os-Montes e Alto Douro”. Trata-se de uma análise extensiva envolvendo uma entrevista com alguma profundidade a uma amostra aleatória de 35 floricultores daquela região.

Da exploração dos resultados salienta-se a juventude (83% com menos de 40 anos) e a qualificação destes produtores, apenas 16% com ensino básico, 17% com ensino superior e 92% com formação profissional certificada. A actividade é essencialmente familiar e maioritariamente individual, representando a conta própria 85% do total das explorações, de pequena dimensão e recorrendo a mão-de-obra

predominantemente feminina. Apesar da pequena dimensão física a intensificação da produção é grande e os investimentos são avultados, tendo 83% estufas climatização com aquecimento e aquecimento e ventilação.

O autor analisa ainda as formas de comercialização, os períodos de maiores vendas e a grande dependência face às empresas espanholas que lhes compram a produção e fornecem os inputs. A partir da comparação com outro trabalho da autoria de Gerry e Koehnen sublinha a tendência para o aumento de produtores especialistas e de aumento dos níveis médios de investimento e ordenam os factores de motivação, onde prima o fácil acesso a know-how, seguido pelo apoio financeiro e pelo acesso à informação. O autor termina com uma análise SWOT em que o ponto forte é o escoamento da produção, dos pontos fracos destaca a dependência económica da actividade em especial de empresas espanholas, as ameaças centram-se nas condições climáticas e na concorrência, quer nacional quer de outros produtores da União Europeia e termina identificando o seguinte conjunto de oportunidades: o aumento do poder de compra do consumidor, a existência de fundos comunitários e de novos mercados e as matérias primas mais baratas.

A comunicação de Orlando Simões, onde este autor continua a abordar o sector vitivinícola na esteira de trabalhos anteriores que culminaram com a dissertação de doutoramento, parte do reconhecimento da importância da viticultura e da indústria vinícola para questionar o papel que estas podem ter em termos de desenvolvimento local e regional.

O trabalho desenvolve-se em três pontos. No primeiro faz uma caracterização da vitivinicultura na sua vertente produtiva, onde traça a distribuição espacial da produção e da indústria vinícola através do peso relativo dos seus agentes: as adegas cooperativas, os armazenistas e os produtores-engarrafadores. No segundo realça, de modo aprofundado e conceptualmente rigoroso, a importância socioeconómica do sector chamando a atenção para o papel central do vinho na relação das empresas agrícolas portuguesas com o mercado. Faz isso através da análise da evolução estrutural e do reforço da recente da viticultura especializada e do desenvolvimento de uma análise dos diferentes grupos sociais ligados ao vinho que lhe permite chegar a um esquema síntese que ao reproduzi-lo aqui me dispensa de mais comentários sobre o assunto. Finalmente, depois de umas brevíssimas notas sobre as ligações culturais da vinha e do vinho destaca a emergência do aproveitamento turístico que tem sido feito das paisagens vitícolas e dos processos tecnológicos de fabrico no âmbito do projecto das rotas do vinho.

Nesta comunicação o autor parece dar mais importância aos aspectos que já tinha tratado anteriormente, desvalorizando relativamente as ligações do vinho e território, sobretudo na vertente do respectivo papel no desenvolvimento local e regional que prometia no título da comunicação. Espera-se vivamente que a articulação da vinha com o território e o desenvolvimento venham a ser retomados pelo autor durante a discussão.

É agora a altura de referir duas comunicações em que a abordagem do sector agrícola ou agro-alimentar é feita no âmbito de uma região. É o caso da comunicação de Deolinda Alberto, “O sector Agro-alimentar na zona da Serra da Estrela” e a de Colaço do Rosário “O sistema agrário de Trás-os-Montes e a modernidade sustentável”.

A comunicação de Deolinda Alberto segue um trabalho de caracterização clássico, isto é uma análise diagnóstico, sector por sector, das actividades agro-alimentares da zona da Serra da Estrela, aproveitando para isso um estudo que desenvolveu para um trabalho de consultoria com as virtudes e defeitos de um trabalho desse tipo. Os sectores analisados são a vitivinicultura, a fruticultura e a produção de queijo, apresentando a autora algumas pistas normativas sobre cada um deles baseada na percepção das respectivas debilidades e potencialidades. A comunicação termina com um ponto sobre perspectivas de desenvolvimento, continuando o cariz normativo de um verdadeiro programa de desenvolvimento para a zona.

A comunicação de Colaço do Rosário também dá grande relevo à caracterização do Agros de Trás-os-Montes e do meio agrário humanizado. A partir daí, o autor avança para o que designa por modernização do sistema agrário transmontano e a sustentabilidade, onde o que sobressai é sobretudo um programa, aliás bem articulado, do que o autor entende dever ser a modernização sustentável.

Todavia o que sobressai desta parte é alguma menorização daquilo que é de facto fundamental em qualquer processo de transformação que é a componente social nela envolvida. As referências à função económica e social que explicitamente aparecem na comunicação nada dizem sobre que agentes e grupos sociais poderão ser portadores da iniciativa modernizadora sustentável que defende. Aliás, quando refere a função ambiental o autor termina com um alerta que me parece altamente significativo dizendo “... na perspectiva da modernidade no equilíbrio, alerta-se para a necessidade de ponderação das situações por forma a evitar que, num caso ou outro, em nome da conservação dos eco-agro-sistemas, se tentem manter situações

insustentáveis, quando o caminho da sustentabilidade era a reconversão das actividades”. Deixa-se para o debate a questão, que me parece fundamental, da identificação dos agentes envolvidos e a explicitação do que se deve ponderar para evitar as tentativas de manter situações insustentáveis.

Perspectiva diferente em que a componente social é dominante é a seguida por duas comunicações que escolhem como tema tipologias da agricultura(s) familiar(es), ambas no âmbito dos trabalhos de preparação de doutoramento. A primeira, de Maria da Graça Madureira trata das “Agriculturas familiares: tipologia das famílias/explorações” baseada em 90 inquéritos levados a cabo numa freguesia do Concelho de Vila Pouca de Aguiar. O objectivo imediato do trabalho é o “de estudar como variam os processos de adaptação das explorações agrícolas face à variação de mão-de-obra e à necessidade de rendimento do agregado familiar” centrando-se na análise das mudanças estruturais das explorações em relação com a pluriactividade e as medidas de política agrária. Os resultados do inquérito permitiram à autora o estabelecimento de uma tipologia das famílias/explorações baseada em 3 critérios: as fases do ciclo de vida; a origem dos rendimentos das unidades domésticas e da existência ou não de sucessor. Nessa tipologia encontram-se 8 tipos distintos para os quais foi possível identificar as estratégias seguidas no modo como lidam com a mudança. Os elementos carreados indicam que se trata de trabalho rigoroso que satisfaz os objectivos que se propôs atingir. A percepção da forma como os agentes económicos se adaptam à mudança é uma linha de trabalho exigente, mas que é portadora de virtudes inegáveis, constituindo talvez o único modo de conhecer e interpretar aprofundadamente os mecanismos da mudança.

A outra comunicação deste grupo, de Rosário Casinha, intitula-se “Empresa Agrícola Familiar e Desenvolvimento – uma tipologia para o Alentejo”. Neste caso a própria definição de empresa familiar é mais restritiva do que habitualmente é usada, pois inclui dimensões como a propriedade (exclui empresas familiares por arrendamento?) e dimensão da família que normalmente não são consideradas. A autora descreve a metodologia seguida para a realização do inquérito e da forma como chegou à tipologia através da análise multivariada de clusters.

A autora a partir do resultado de 115 inquéritos encontrou 3 tipos de empresa familiar que se distinguem essencialmente pela forma como obtêm os rendimentos necessários para a família. São fortemente minoritários (8%) os que vivem sobretudo da exploração agrícola, 22% vivem sobretudo de rendimentos exteriores e para o

grosso (70%) a actividade complementar na agricultura ou fora dela é a característica dominante.

Apesar de se estar perante dois casos de elaboração de tipologia a partir de inquérito não deixa de ser interessante notar que a metodologia seguida por Rosário Casinha apenas permitiu identificar 3 grandes tipos de famílias agricultoras enquanto a metodologia seguida por Maria da Graça Madureira permitiu identificar 8 tipos com características e estratégias distintas. Embora sem poder daí retirar juízos de valor definitivos parece-me, no entanto, que estamos perante dois níveis de abordagem, um em que a análise de clusters a partir de um relativamente reduzido número de variáveis permite uma abordagem mais extensiva, podendo ser aplicada a amostras de muito maior dimensão e a abordagem seguida por Maria da Graça Madureira a partir de inquérito aprofundado é mais rica em ensinamentos, mas que se torna mais difícil de aplicar a grandes amostras.

Já não voltadas para a elaboração de tipologias, mas ainda no campo disciplinar da sociologia, duas comunicações que abordam temáticas da interface ambiente e agricultura. Uma sobre a “Ecologização da Agricultura através da formação profissional” de Filomena Ponciano e outras sobre “As medidas agro-ambientais nas políticas de desenvolvimento rural: um estudo de caso” de Vivelinda Guerreiro.

A primeira destas comunicações “procura compreender e analisar a formação profissional dada aos agricultores no âmbito das medidas agro-ambientais que visam a diminuição dos efeitos poluentes na agricultura”. A população alvo do estudo são os 40 agricultores sócios da Cooperativa Agrícola Frutoeste que frequentaram os cursos de formação profissional em Protecção Integrada.

O estudo desenvolve-se em 2 pontos (ou serão 3?) e uma conclusão. No primeiro depois de uma breve introdução para a melhor compreensão dos cursos avança com resultados quantificados sobre a opinião dos agricultores em questão relativamente à formação profissional a que estiveram sujeitos, concluindo que enquanto para 12,5% a formação profissional é só o acompanhamento técnico semanal na exploração, já para os restantes consideram também as aulas teóricas. De qualquer modo a grande maioria (87,5%) considera que é o acompanhamento técnico semanal a componente mais importante e valiosa da formação profissional. Refira-se ainda a unanimidade em considerar vantajosa a formação profissional, embora por razões diversas _ apontam essencialmente vantagens técnicas enquanto _ sublinha as vantagens financeiras. Quanto às razões porque preferem a Protecção Integrada 42% apontam razões de protecção ambiental, 34% razões económicas, produz-se

mais a menor custo e 24% apontam razões de melhoria qualitativa dos produtos. Aqui parece-me existir um problema de consistência com os valores que refere de seguida sobre os motivos apontados para continuar a prática da protecção integrada. A seguir o trabalho aborda as representações sociais dos agricultores sobre o ambiente e neste registo é de sublinhar que para 77% dos agricultores inquiridos a agricultura provoca problemas ambientais, enquanto para 20% não provoca e 3% não sabem, sugerindo que este resultado está ligado ao facto deles terem sido introduzidos à prática da protecção integrada. Para tal a autora procurou identificar qual a componente da formação que mais contribuiu para a maior sensibilidade ambiental tendo concluído que é a componente acompanhamento técnico semanal que mais contribui para a sensibilidade ambiental, resultado que devido ao reduzido número de casos não parece mostrar evidência estatística tão clara como sugere a autora. A sensibilidade ambiental aliás de acordo com a autora é maior para os agricultores que há mais tempo praticam a protecção integrada. Finalmente a autora procura saber “o caminho que a agricultura deve seguir para se manter e desenvolver” e sublinha que 32% apontam a protecção e preservação do meio ambiente, enquanto 52% indicam a produção de alimentos com menos resíduos tóxicos pelo que para os restantes a agricultura como actividade produtiva será sempre prioritária. Daí a pergunta “será que estes agricultores ao pensarem desta forma estarão de acordo com os decisores políticos, ou eles continuam a achar que a sua função principal é a de produtores de bens alimentares e não fazedores e protectores de paisagens”?

A comunicação de Vivelinda Guerreiro, resultado de trabalho académico para a obtenção da licenciatura em Sociologia, procura enquadrar o papel das medidas agro-ambientais nas políticas de desenvolvimento rural através de um estudo de caso. Estudo que resulta do lançamento de um inquérito a agricultores da Zona Agrária de Odemira que completavam 5 anos de contratos agro-ambientais e que visa as representações e práticas dos agricultores face ao ambiente.

O trabalho desenvolve-se em 3 pontos e umas notas finais. No primeiro aborda brevemente o desenvolvimento rural no contexto da reforma da PAC enquanto, no segundo, contextualiza o espaço rural português no quadro da reforma da PAC referenciando as principais medidas implementadas. No ponto 3 entra no estudo de caso caracterizando a traço grosso a zona em questão, fornecendo a descrição sociográfica dos 34 inquiridos, bem como caracteriza as respectivas explorações, para, finalmente, abordar as atitudes e representações dos agricultores sobre as medidas agro-ambientais. A exploração dos resultados permitiu à autora enumerar 10

resultados conclusivos que me parecem merecedores de reflexão por parte dos encarregados da concepção e ajustamento para as condições de agricultura extensiva em Portugal, bem como as que estão encarregadas de as fazer passar à prática. Destas sublinho a falta de informação sobre as medidas e a conclusão, ainda que prudente da autora, segundo a qual "... as potencialidades da região para a aplicação do programa agro-ambiental permanecem desconhecidas quer pelos agricultores quer pelas entidades locais...".

Noutro registo colocam-se as comunicações de Alda Matos e de João Salavessa e Celestino Almeida. Comunicações que abordam a problemática dos produtos locais.

A primeira destas comunicações "Constrangimentos à valorização de produtos agrícolas tradicionais: o caso da castanha de Vinhais", trata-se portanto de um diagnóstico da situação da produção e comercialização de um produto tradicional de um território desfavorecido. O texto depois de breve introdução e caracterização do Concelho de Vinhais (estranhamente apresentada com a numeração 4 a que se segue a 5 e assim por diante, onde estão então os pontos 2 e 3?) apresenta uma panorâmica evolutiva do cultivo do castanheiro que mostra uma dinâmica invejável no aumento da área do souto (mais do dobro em Bragança na década 1989-99 e mais 67% em Vinhais, aqui especialmente pela duplicação da área média de souto das explorações com castanheiro). No ponto cinco dedicada à produção de castanha a autora justifica a preferência pelo castanheiro devido a factores económicos de difícil obtenção com outras culturas (rendimento mensal de cerca de 400 contos para os maiores produtores) correndo no entanto o risco das doenças como a tinta que, em 1999, teria afectado cerca de 1/3 da produção. Dá ainda todo um conjunto de referências necessárias para o entendimento das características desta cultura e da aceitação pelo mercado das diferentes cultivares, tradicionais e de introdução recente. No ponto 7 a autora caracteriza a cadeia de valor e o processo de comercialização da castanha, identificando os agentes intervenientes, onde sobressai a figura do intermediário (ajuntadores, comerciantes locais e intermediários exteriores à Terra Fria), mas contrariamente à litania das queixas contra os intermediários a autora mostra que os produtores mantêm algum poder negocial, certamente porque o produto não exige a venda imediata. É também referido que os produtores não acrescentam qualquer valor ao produto sendo o armazenista que faz a limpeza, selecção, calibragem e embalagem.

É neste quadro que surge a Associação de produtores de castanha com 84 associados que pretende valorizar o produto antes da comercialização, embora como

diz a autora esta seja uma gota de água no oceano, dada a enorme carência de iniciativas associativas. Finalmente, a autora enumera perspectivas para o futuro, não deixando de interpelar os poderes públicos sobre o modo de lidar com as doenças fitossanitárias (a tentativa de evitar a tinta através de variáveis resistente levou à importação do cancro). Sintetiza numa análise SWOT as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que se colocam à cultura da castanha. Termina com a conclusão onde, a par da fragilidade da estrutura social e económica, são sublinhados os riscos sanitários e as dificuldades de com a actual estrutura produtiva conseguir superar as necessidades de mão-de-obra que escasseia.

O texto de Salavessa e Almeida vem no seguimento de uma dissertação de mestrado. Com ele pretendem divulgar o trabalho realizado, chamando a atenção para um produto regional com características próprias que importa preservar e que apresenta vantagens para a dinamização económica de uma zona desfavorecida como o Pinhal Sul.

Depois de uma breve introdução e de uma bastante clara caracterização da região e da agricultura aí praticada debruçam-se sobre a caprinicultura da região que, como todas as espécies pecuárias está em regressão na região (tendo chegado aos 100.000 animais actualmente conta com 30.000), regressão essa que nos últimos 5 anos é da ordem dos 2.000 animais/ano. Apresentam de seguida uma boa descrição do queijo de cabra tradicional nas suas 4 variantes consoante o tempo de cura e dos problemas que decorrem da pulverização dos produtores e das dificuldades em obter a certificação das queijarias. Apontam para o exemplo interessante do recente dinamismo resultante das recolhas organizadas de leite nos Concelhos de Mação e Proença-a-Nova. Finalmente, na conclusão defendem o impacto extremamente favorável da caprinicultura extensiva articulada à floresta apontando uma série de condições necessárias para o seu florescimento, passando pela certificação do queijo de cabra e da necessidade de mais estudos sobre os parâmetros físico-químicos, microbiológicos e sensoriais que caracterizam este queijo. Terminam, no entanto com um lamento que diz muito sobre a impotência de quem vislumbra soluções que pensa vantajosas para o desenvolvimento de determinada zona desfavorecida e depara com “a apatia dos agentes que deveriam tomar esta iniciativa (aproveitando do programa AGRO), nomeadamente as associações de produtores da região, que perdem assim uma oportunidade efectiva de contribuir para o desenvolvimento da agricultura local”.

A outro nível de análise e de ambição coloca-se a comunicação de Maria João Simões, Ana Paula Castela e Paulo Jacinto. Em primeiro lugar não deixa de merecer

referência o facto de se tratar de uma reflexão desenvolvida por docentes de três instituições de ensino que assim mostram preocupar-se em reflectir em conjunto sobre as perspectivas de desenvolvimento rural da região onde estão inseridas as instituições a que pertencem. Conhecido o habitual isolamento intelectual de muitas das nossas escolas trata-se de aspecto que merece ser sublinhado.

A comunicação desenvolve-se em 3 pontos e uma conclusão. Depois de uma introdução onde mostram a fragilidade do caso em estudo abordam as novas perspectivas de desenvolvimento rural que existem no contexto Europeu chamando a atenção para que “as políticas de desenvolvimento rural passam a ter que garantir não só a disponibilização das infra-estruturas e equipamentos necessários (através de investimentos públicos) como também a promoção de uma dinâmica voluntarista de desenvolvimento” que leve ao empowerment das populações de modo a que estas “deixem de ser destinatárias para passarem a ser agentes do seu desenvolvimento”.

No segundo ponto “por um desenvolvimento efectivamente alternativo” criticam as abordagens saudosistas e/ou utópicas bem como as de cariz paternalista para defender a via de desenvolvimento rural pondo a ênfase na empresarialidade em meio rural cujo desenvolvimento não poderia ser ajudado genericamente mas, pelo contrário, teria de ser feito à medida por forma a que a vertente estratégica apostasse na criação do emprego.

O terceiro e principal ponto da comunicação trata “dos princípios de política à sua concretização: a necessidade de um novo tipo de intervenção para o desenvolvimento da empresarialidade em meio rural”. Aí, recorrendo a exemplos estrangeiros do LEADER, nomeadamente da República da Irlanda sublinham a necessidade de criação de competências pluridisciplinares para a animação rural, acção muito descurada em Portugal e chamam a atenção para a necessidade de intervenções tecnicamente fundamentadas baseadas em estratégias bem definidas e a respectiva ordenação por prioridade das acções a desenvolver e dos recursos a utilizar. Chamam a atenção e dão exemplos concretos de actividades que têm sido desenvolvidas por agentes exteriores desaproveitando oportunidades de tirar partido dos recursos naturais e dos produtos tradicionais por agentes locais. De seguida criticam a dispersão de esforços em que a animação e as iniciativas apontam para idênticas acções em diferentes locais sem curar da verdadeira necessidade ou até possibilidade de sucesso e sustentação das mesmas, configurando desperdícios de recursos em infra-estruturas que a breve trecho ficam sem utilização (parques de merendas, praias fluviais), já para não falar do facto de diferentes entidades

apresentarem idênticas candidaturas aos mesmos programas enquanto outros não são aproveitados. Apontam ainda para a necessidade de garantir a sustentabilidade e a qualificação do maior e mais paradigmático espaço natural do país. Terminam este ponto com um alerta para a necessidade de concertação para o desenvolvimento rural consubstanciado na articulação com os planos de desenvolvimento de âmbito mais alargado, com a necessidade de garantir a articulação entre todas as instituições de nível central, regional e local e numa concertação de base territorial para um desenvolvimento integrado que incluísse todos os actores ligados ao desenvolvimento rural.

A conclusão faz uma síntese dos estrangulamentos e das potencialidades e a proposta de criação de Centros de Apoio à Comercialização dos Produtos Locais e de Centros de Promoção da Empresarialidade em Meio Rural.

Numa brevíssima nota sobre este texto gostaria de sublinhar que compartilho a ideia que a criação de competências é determinante de modo a que os actuais e novos animadores possam efectivamente actuar na promoção da política voluntarista de formação da empresarialidade, atendendo aos diferentes contextos e sempre através de intervenções solidamente sustentadas em soluções tecnicamente viáveis. Criação de competências que terá de ser alargada aos destinatários últimos, os empresários e respectiva mão-de-obra, o que implica formação em larga escala, mas por medida, o que dificilmente é possível nas actuais circunstâncias. Finalmente, há uma dimensão que gostaria de ter visto abordada que se prende com a eventual possibilidade de criação de parcerias público-privado, envolvendo nomeadamente as autarquias, para criar empresas que possam servir de estímulo e até de emulação para novas iniciativas e para as quais os agentes locais não têm capacidade financeira ou temem o risco associado para as desenvolver.

A comunicação de Maria João Canadas "Trabalho, território e tecnologia: o debate sobre a especificidade do trabalho agrícola" sintetiza partes da respectiva dissertação de doutoramento e introduz uma temática inédita neste grupo de discussão. Trata-se do desenvolvimento de um trabalho teórico rigoroso e profundo, do confronto entre o habitual reconhecimento de que o trabalho agrícola tem especificidades que o levam a necessitar de um quadro teórico próprio para o seu estudo e a posição que defende de que apesar da existência das especificidades que devem ser tidas em conta o quadro teórico pode ser comum ao da análise do trabalho não agrícola. Nesta abordagem as hipóteses de trabalho são validadas em pesquisas empíricas em três regiões da vitivinicultura portuguesa: a região do Oeste, o Douro e o

Alentejo, comparando-as com o que se passa no mundo, particularmente em França e nos Estados Unidos da América.

A autora parte da hipótese de que “a agricultura é um ramo de produção que tal como os outros apresenta modos de organização do trabalho e de gestão da mão-de-obra que lhe são característicos” cuja diferenciação é imputável às bases materiais do processo de trabalho e ao lugar ocupado pelo ramo de produção no sistema económico e social. Parte daí para a abordagem de 4 questões: a dimensão ou escala de actividade; as competências ou qualificações e características da divisão do trabalho; as consequências da segmentação dos mercados do produto na natureza dos processos de trabalho e sua organização; e a dicotomia entre o trabalho familiar e o trabalho assalariado.

O trabalho desenvolve-se em 5 pontos. O primeiro é a agricultura e o paradigma taylorista de produtividade onde a autora discute a necessidade de reconhecer a especificidade da agricultura para ultrapassar o domínio do paradigma taylorista sendo “a produtividade do trabalho função de duas parcelas: o rendimento dos equipamentos e instalações ou os rendimentos unitários das plantas e dos animais e a economia de tempo de trabalho com os equipamentos ou com o cultivo das plantas e criação de animais”. O 2º trata da unidade ou segmentação dos processos de trabalho, onde a superioridade da grande dimensão em relação à pequena não é clara devido à existência de factores divisíveis que eliminam as economias de escala. A autora mostra como a produtividade de trabalho na vinha depende dos acréscimos dos rendimentos unitários das plantas e do decréscimo da intensidade do trabalho (herbicidas, supressão da empa, bacelos enxertados e mecanização – tractor, motocultivador e vindimadoras rebocadas e automotrizes). O 3º ponto trata de competências e divisão do trabalho nas explorações agrícolas, criticando tanto a identificação ao taylorismo como à oposição clássica presente nos manuais de Henrique de Barros sobre as características do trabalho agrícola. No 4º ponto defende que na agricultura a segmentação do mercado dos produtos não tem repercussões, de per si, no funcionamento das economias de escala. A diferenciação de mercados pelas denominações de origem por exemplo e os mecanismos de construção das representações sociais da qualidade agem no sentido de minimizar as alterações introduzidas pela mecanização. Finalmente no 5º ponto aborda a dicotomia trabalho familiar e trabalho assalariado sustentando que com o desenvolvimento da subcontratação do trabalho agrícola “reduziu-se a capacidade interpretativa da dualidade de modos de produção segundo o eixo exploração familiar/exploração

capitalista”...“os sistemas técnicos e a divisão do trabalho (especialização ou polivalência) passam a depender, não da dimensão da exploração, mas da escala de actividade do subcontratado ou dos subcontratados intervenientes no processo de trabalho. A autora conclui pugnando pela necessidade de “reconhecer: a diferenciação dos modelos de trabalho por ramos de produção; a ausência de dicotomia entre trabalho familiar e trabalho assalariado, em paralelo à aceitação das suas diferenças; a importância da especificidade das bases materiais dos processos de trabalho na diferenciação dos modelos de trabalho”.

Finalmente, António Fragata apresenta a comunicação “Elementos para a elaboração social e técnica da qualidade dos produtos agrícolas tradicionais” onde a questão da qualidade aparece no interface de questões tecnológicas da produção agrícola, a respectiva dimensão territorial e o papel que desempenha em termos de desenvolvimento. O trabalho desenvolve-se em 3 pontos, uma introdução e conclusões e tem como objectivos explicitar: “1) a problemática geral da qualidade dos produtos agrícolas tradicionais; 2) a necessidade de acordos no processo de qualificação dos produtos no quadro da Economia das Convenções; 3) a interpretação de resultados através das polaridades das formas de coordenação; 4) os processos de qualificação, em acções de terreno, no quadro da investigação – acção, da parceria e da 2 ‘transdisciplinaridade’”.

No ponto que trata da problemática geral o autor integra a questão da qualidade no quadro da PAC sublinhando que “Para produzir melhor os agricultores e os técnicos que têm de aconselhar, controlar e conceber modos de produzir são obrigados a mobilizar novos saberes e novas competências. Põe-se assim a questão dos processos de ajuda à decisão dos agricultores e, de forma mais alargada, dos processos de inovação em agricultura”.

No que respeita à necessidade de acordos no processo de qualificação o autor lembra a importância da dimensão subjectiva do problema apontando para visões distintas: a do quadro corrente da definição de qualidade no quadro da regras da normalização segundo a qual qualidade é “o conjunto de propriedades e características de um produto que lhe conferem a aptidão de satisfazer necessidades expressas ou implícitas” definida pelo cliente que tem sempre razão e a visão em que a qualidade é uma construção social “fruto de negociações sucessivas da produção ao consumo, entre quem oferece e quem procura: a qualidade final é um compromisso no conjunto de actores de uma fileira onde cada um joga com a sua estratégia”, isto é a qualidade é definida por um consenso social expresso ou não em normas. Esta última

visão é teoricamente sustentada pela economia das convenções que faz apelo aos laços interpessoais (convenção doméstica), a notoriedade (convenção de opinião), os standards (convenção industrial), as ideias originais (convenção de inspiração), os valores da sociedade (convenção cívica) e o mercado (convenção mercantil).

Parte então para a referência à polaridade em que a concorrência (convenção mercantil) se opõe à protecção (convenção cívica) e à notoriedade (convenção opinião) se opõe à norma (convenção industrial) localizando assim as DOP no eixo concorrência-protecção, mais próximo desta e deslocada para o lado opinião, enquanto as IGP estão mais longe da protecção e mais próximas da norma, ficando os certificados de conformidade muito próximos desta. Neste registo o autor refere alguns exemplos de produtos tradicionais portugueses.

Aborda de seguida a questão dos saberes e competências concebidas como trabalho de mediação entre poderes públicos e agentes locais e como uma mobilização de conhecimentos com o fim de criar um espaço de negociação entre actores que permita a constituição de um saber colectivo e crie as condições de um acordo.

Numa breve nota final permito-me sublinhar a importância desta abordagem no que poderá ter de determinante em novas orientações da relação investigação pública, difusão de inovações e política de qualidade. Todavia não deixo de interpelar o autor para que na discussão enquadre esta perspectiva no quadro da tendência neoliberal de mercantilização da ciência que leva a que cada vez mais a produção de saberes decorrente da investigação decorra de estratégias privadas de grandes empresas transnacionais.